

resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices seguintes: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para administração e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo**, na forma e limites permitidos pela Lei nº 8.666/1993.

Além do capital social e patrimônio líquido, ou garantias, a Administração poderá exigir também dos licitantes a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de sua disponibilidade financeira, que será calculada diante do patrimônio líquido atualizado e de sua rotatividade.

Na hipótese da exigência de capital social ou patrimônio líquido, antes do estabelecimento de qualquer valor, poderá ser feita pesquisa junto às empresas que atuam no ramo, objetivando o não-estabelecimento, ainda que dentro do limite de 10%, de quantia que somente poucas licitantes possam cumprir.

O resultado da pesquisa deve demonstrar não-somente a capacidade econômico-financeira dos prováveis licitantes, mas o universo de fornecedores que poderá atender o valor a ser estabelecido.

Alternativamente ao capital social ou patrimônio líquido, o gestor poderá solicitar prestação de garantia nas modalidades e percentual previstos na Lei de Licitações ou adotar o disposto na IN/MARE nº 5, de 1995, que faz essa exigência somente para as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), quando de suas habilitações.
